

MARIA DE FÁTIMA BONIFÁCIO

O PRIMEIRO
DUQUE DE PALMELA

POLÍTICO E DIPLOMATA



ÍNDICE

Nota prévia	9
Prefácio da edição das <i>Memórias do Duque de Palmela</i> (2011)	13
I. Vocação e carácter de um conservador liberal	15
II. Em luta pela liberdade portuguesa	41
III. Em busca de um «partido moderado e médio»	57
«O capítulo que falta»	79
Cronologia (1781–1850)	125

NOTA PRÉVIA

Entendeu-se nesta reedição do Prefácio das *Memórias do Duque de Palmela* publicadas em 2011, acrescentar «O capítulo que falta», dedicado àquela que foi uma das mais complexas missões diplomáticas do duque, mas a que ele apenas dedica umas escassas seis páginas, embora não deixando de salientar a importância do seu sucesso: as negociações de um novo Tratado de Comércio Luso-Britânico para substituir o «ominoso» Tratado de 1810, que ao longo dos anos, e sobretudo após a implantação definitiva da Monarquia Constitucional, em 1834, se converteu no símbolo da desonrosa submissão de Portugal ao domínio britânico. O novo tratado foi finalmente assinado em 3 de Julho de 1842 – o desfecho

feliz de negociações árduas que duraram, com longas intermitências, desde o Congresso de Viena, em 1814-15, até ao ano da elevação de Costa Cabral ao poder.

Nas *Memórias*, Palmela comenta o acontecimento nestes termos: «Confesso que me julguei feliz em assinar o meu nome neste tratado, que me pareceu como se fosse uma carta de alforria.» «O tratado de 1842 foi, se não me engano, o mais vantajoso, e pelo menos decerto o mais decoroso de que a nossa história diplomática faz menção, entre Portugal e a Inglaterra.»

Faltava, pois, nas *Memórias*, a exposição mais desenvolvida que o tema justifica e que o talento e mérito do maior diplomata português merecem.

A vida do duque de Palmela entrelaça-se com a história de Portugal num período muito atribulado da sua existência. A vida do duque e a história de Portugal igualmente se entrelaçam na extensa Cronologia (1781-1850) que encerra esta edição.

Maria de Fátima Bonifácio, 2015

PREFÁCIO DA EDIÇÃO
DAS *MEMÓRIAS DO DUQUE*
DE PALMELA
(2011)

I. VOCAÇÃO E CARÁCTER DE UM CONSERVADOR LIBERAL

D. Pedro de Sousa Holstein, primeiro conde, primeiro marquês e primeiro duque de Palmela, era oriundo de uma casa de primeira ordem no panorama da aristocracia portuguesa do Antigo Regime, tendo nascido e crescido fazendo parte do número restrito e selectíssimo dos que constituíam os principais fidalgos do Reino. A sua família, fundada por D. Filipe de Sousa, ascendia aos séculos xv-xvi, e desde o início da dinastia de Bragança já gozara de relevo entre a primeira nobreza da corte, distinguindo-se pela «limpeza de sangue», isto é, por nas veias da família não correr sangue contaminado por alianças com descendentes de cristãos-novos. Apesar da legislação pombalina ter revogado a distinção entre cristãos e cristãos-novos,

a «limpeza de sangue» continuou a ser motivo de orgulho e um atributo muito apetecido.

Desde a origem que a quinta do Calhariz e o morgado de Monfalim constituíram elementos essenciais da identidade da casa, tendo sido herdados pela mulher do fundador. Outro elemento de identificação da casa, também presente desde os primórdios, será o ofício palatino de capitão da Guarda Alemã. Foi com os descendentes de D. António de Sousa, falecido em 1637, que a casa dos Sousas Calharizes alcançou o seu estatuto próprio e reuniu a maior parte dos elementos que a consagraram desde o século XVII como uma das principais casas da dinastia de Bragança. Todavia, a família não ostentava um currículo de serviços prestados ao Estado ou ao rei que impressionasse por aí além. Talvez por isso, nunca recebeu no Antigo Regime nenhum título nobiliárquico, o que não constituía exceção rara no panorama da antiga nobreza de Portugal.

Durante os anos em que imperou o marquês de Pombal (1750-1777), D. Manuel de Sousa, avô paterno de Palmela, foi dado como implicado na conspiração para assassinar D. José (1758), juntamente com os seus três filhos, dos quais só o mais velho escapou à prisão. D. Manuel pouco tempo resistiu aos maus-tratos recebidos nas masmorras do Forte da Junqueira. A um dos filhos mais novos

foi concedida a liberdade ao cabo de alguns anos, mas o outro teve de aguardar até que a morte de D. José, e consequente demissão do valido, acabasse por libertá-lo. A casa passou por anos de apagamento social e sofreu um certo declínio económico. Ao longo dos tempos, de geração em geração, ela fora sendo aumentada com o património herdado por via das alianças familiares e, embora em menor medida, com a incorporação de bens da coroa e ordens. Durante os anos de cativo dos irmãos – o pai morreu logo em 1758 ou 1759 –, a administração da casa terá ficado ao cuidado do filho mais velho, D. Filipe João de Sousa, que só seria despachado nos bens da coroa e ordens detidos pela casa no início do reinado de D. Maria I. Muito provavelmente, a saúde económica e financeira da casa ressentiu-se da privação dos rendimentos daqueles bens e de algum abandono que não pode ter deixado de sofrer em razão da morte de D. Manuel de Sousa e da prolongada prisão de dois dos seus três filhos.

Antes de ser preso, porém, D. Manuel ainda teve oportunidade para aumentar consideravelmente o capital de prestígio da família através do casamento com a princesa Maria Leopoldina de Holstein Beck (1717-1789), negociado pelo seu tio, o quarto conde de Tarouca, diplomata de renome europeu que a partir de 1726 foi nomeado

embaixador português em Viena de Áustria. D. Maria Leopoldina era filha de Frederico Guilherme, duque reinante de Holstein. Não trazia dote, mas trazia o nome e traria, no futuro, uma bela herança: nada menos do que as ricas propriedades piemontesas do conde de Sanfré, cuja única irmã casara com Frederico Guilherme. Quando o conde morreu sem deixar descendência, a herança da sua irmã, também já falecida, veio a caber por inteiro a D. Maria Leopoldina, e depois a D. Alexandre de Sousa Holstein (1751-1803), filho de D. Manuel de Sousa, sucessor na casa por morte do primogénito e pai do futuro duque de Palmela. Mais tarde, nos tempos da «usurpação» miguelista e do exílio, quando a família de D. Pedro de Sousa foi obrigada a viver em Paris, os rendimentos das propriedades de Sanfré constituíram um recurso inestimável para fazer face a tanta despesa extraordinária. Ainda assim, os problemas financeiros da casa Palmela só se resolveram definitivamente graças ao casamento de D. Domingos, marquês do Faial, filho mais velho de Palmela¹, com Maria Luísa, filha e única herdeira do conde da Póvoa, o homem mais rico de Portugal.

¹ O primogénito, D. Alexandre, morreu de doença pulmonar em 1832. Recebera em vida o título do primeiro conde do Calhariz. D. Domingos, imediato sucessor na casa por morte do primogénito, recebeu o título de marquês do Faial a 1 de Dezembro de 1834.

Nascido em Turim em 1781, D. Pedro viveu em Sanfré durante os seus primeiros cinco anos. Os anos seguintes, passou-os na corte da Dinamarca e de Berlim, onde o pai, D. Alexandre, fora colocado como embaixador. Por essa altura, começavam já a reunir-se os ingredientes que, mais tarde, ajudariam Palmela a projectar-se para o topo da hierarquia aristocrática do liberalismo², sendo de assinalar o mérito pessoal que lhe cabe pela trajectória ascendente que imprimiu à sua vida. Com o casamento de D. Manuel de Sousa com D. Leopoldina de Holstein Beck, os Sousas do Calhariz, como eram chamados, integraram-se na aristocracia europeia e adquiriram uma dimensão internacional que contrastava com o provincialismo de quase todas as grandes casas portuguesas. Depois, D. Alexandre era um diplomata profissional e, como tal, obrigado a residir no estrangeiro grande parte do tempo. Outra obrigação de D. Alexandre serviu também para abrir os olhos a Palmela e desvendar-lhe horizontes mais desafogados do que poderia imaginar se vivesse confinado à Lisboa de Pina Manique. D. Alexandre convivia, e convidava com fausto para sua casa, com a alta sociedade das cortes onde estivesse colocado.

² Os duques de Cadaval e de Lafões, que ocupavam o lugar cimeiro na escala da aristocracia portuguesa, tinham aderido a D. Miguel, e, com a derrota deste, viram-se excluídos da política e da vida de corte.

Palmela cedo se iniciou na arte de conversar sobre coisa nenhuma, adquiriu mundo e tornou-se cosmopolita. Ainda pequeno, não deixava que lhe escapasse nenhuma conversa mais séria entre adultos. Cedo revelou desejo de aprender e deu mostras de grande curiosidade intelectual. Se tivermos em conta a sua ascendência e acrescentarmos a estas qualidades a sua muito considerável cultura, temos a chave do seu êxito tanto em Portugal como nas principais cortes e capitais da Europa. Aqui fez parte da elite social e cultural europeia, que o reconhecia como um deles; ali foi presidente da Câmara dos Pares, conselheiro de Estado, várias vezes ministro e primeiro-ministro, desempenhou altos cargos diplomáticos e podia exhibir uma folha de serviços prestados ao Estado e ao rei que justificaram ter sido criado, sucessivamente, conde, marquês e, finalmente, duque de Palmela. A meio da vida, podia gabar-se de ter alcançado uma supremacia indisputada entre as (escassas) famílias de Grandes que aderiram em 1834 ao regime constitucional.

Também tratou de cuidar da sua antiga linhagem. A larga experiência da vida acumulada no estrangeiro e as oportunidades aliciantes de que aí desfrutou – sendo Mme. de Staël apenas a sua amante mais famosa – nem por sombras lhe fizeram esquecer os seus deveres de chefe de uma casa tão veneranda como a sua. Cumpriu

irrepreensivelmente as regras e tradições inalteráveis que vigoravam nas grandes famílias nobres de Portugal. Em 1810, casou com uma criança de 12 anos, D. Eugénia Francisca Xavier Teles da Gama, filha da marquesa de Nisa e de Cascais, D. Eugénia Xavier, e de D. Domingos de Lima, da casa dos marqueses de Ponte de Lima. Da numerosa prole nascida deste casamento sobreviveram oito filhos (quatro rapazes e quatro raparigas), tendo Palmela para todos eles alcançado as melhores alianças matrimoniais.

Durante a emigração liberal, foi viver para Londres, onde se concentrava o maior número de emigrados portugueses e os seus serviços eram indispensáveis, enquanto a restante família se instalou em Paris, onde viveu dos rendimentos das propriedades de Sanfré. Quanto a Palmela, esse, quando passou para a ilha Terceira em 1830, teve de vender pratas, móveis e objectos pessoais para pagar integralmente as suas dívidas particulares. Depois da vitória liberal na guerra civil (1832-34), a casa ressentia-se dos vários anos em que estivera votada ao abandono e o seu rendimento era insuficiente para alimentar o *glamour* requerido pela projecção social do seu dono. Foi então que Palmela se resolveu a solucionar este problema crónico negociando o casamento do seu filho mais velho, D. Domingos, marquês do Faial,

com a herdeira mais rica de Portugal, D. Maria Luísa, filha do falecido conde da Póvoa, Henrique Teixeira de Sampaio, cuja fortuna, à data da sua morte, foi avaliada em 8400 contos de réis³, valor que na época excedia a soma da despesa e da receita do orçamento do Estado português. D. Pedro IV ainda viveu para apadrinhar este enlace, mas subsequentemente Palmela não receberia do paço apoio relevante.

Devido à oposição da família paterna da menina – os Sampaio – e, por fim, da própria mãe, a história deste casamento foi atribuladíssima, recheada de acontecimentos rocambolescos, chegando em algumas das suas fases a configurar um verdadeiro rapto da riquíssima herdeira. Em vários momentos esteve a ponto de se não consumir a união da qual dependia a prosperidade e o futuro da família Palmela, cujos pergaminhos aristocráticos, em meados do século XIX, já não bastavam, por si só, para assegurar uma proeminência social indisputada: era preciso riqueza; para nada servia um duque falido. Escreveu Palmela à mulher que o casamento de D. Domingos com Maria Luísa «interessa[va] o sossego de toda a sua vida e a sorte futura da sua família»; «o caso é sério e digo-te que o não pode haver mais sério para mim neste

³ Pedro Urbano, *A Casa Palmela*, Lisboa, 2008, p. 51.

mundo». Tão sério, que Palmela considerou os anos ao longo dos quais ele se arrastou como formando uma «quarta época» bem definida da sua vida, marcada, não por acontecimentos da sua carreira pública, mas pela árdua luta para assegurar «a fortuna da sua família». Com efeito, os anos entre 1838, data do ajuste do casamento, e 1842, em que este foi finalmente ratificado, foram inteiramente dominados por esta «contenda», na qual Palmela despendeu «tantos trabalhos» e sofreu uma tal «esgotação de espírito», que não hesita em comparar a batalha travada contra os Sampaio à «luta para a restauração da rainha», marcadas ambas as pelejas por «golpes de fortuna e peripécias» semelhantes.

Em 1842, já cumulado com títulos, condecorações, honras e agora também fortuna, é forçoso reconhecer que Palmela, graças ao partido que tirou das circunstâncias da sua vida, multiplicou substancialmente o capital simbólico e patrimonial que herdara. Depois do casamento do marquês de Faial com D. Maria Luísa, fez da sua casa uma das mais opulentas do País, sendo das poucas que tinham ligações de parentesco com a aristocracia europeia. Palmela movia-se neste meio com o à-vontade de quem estava habituado ao convívio com as personagens mais notáveis da Europa. Esta dimensão foi crucial para criar e alimentar, em Portugal, um

certo esplendor em torno da sua pessoa. Como já fora crucial antes, durante a emigração liberal, para que Palmela pudesse «cobrir» «com os seus antecedentes, com a sua responsabilidade, e com a opinião que a maior parte dos personagens mais conspícuos dos diversos países da Europa haviam formado do seu carácter, o desfavor que necessariamente recaía sobre o partido à testa do qual se achava colocado»⁴.

Em 1790, D. Alexandre foi nomeado para Roma, tinha Palmela nove anos. Foi aí e então que, precocemente, «concebeu a paixão» pelas Belas-Artes que conservaria pela vida fora. Em 1795, já depois de liquidada a experiência republicana em França, que Palmela, apesar da sua pouca idade, acompanhou com pavor, voltou para Portugal, partindo de Londres a bordo de uma fragata comandada pelo marquês de Nisa, de quem mais tarde seria genro. Os anos então passados em Portugal foram inúteis e aborrecidos, consumidos numa existência vulgar e estéril. Mas em 1802 abrem-se-lhe as portas a uma nova experiência. D. Alexandre reparte para Roma, e leva D. Pedro consigo como conselheiro de embaixada, um cargo puramente honorífico. Tinha 21 anos.

⁴ O partido da «causa de D. Maria», que, se bem que possivelmente legítima, era considerada revolucionária pelo conservadorismo então reinante na Europa.